



VII Colóquio Internacional São Cristóvão/SE/Brasil
“Educação e Contemporaneidade” 19 a 21 de setembro de 2013
ISSN 1982-3657



A HISTÓRIA DOS IMPRESSOS NO SÉCULO XIX: DESAFIOS ENFRENTADOS PELA INSTRUÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

Autora: Michelle Flávia Rodrigues dos Santos[1]

Co-autora: Joelma Gonçalves Santos Santana²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo mostrar uma breve reflexão a partir da história dos impressos no século XIX: desafios enfrentados pela instrução pública. Diante do exposto, pauta-se em uma pesquisa bibliográfica, a partir da leitura de livros de autores que debruçaram, a respeito da história dos impressos. Dessa forma, a proibição dos impressos no Brasil encerrou-se em meados de 1808, só a partir do século XIX, foram iniciadas as publicações dos impressos no Brasil, no princípio iniciou-se com textos, jornais, cartilhas, revistas entre outros que possibilitaram a informação. A pesquisa contribuirá na compreensão da história da educação do século XIX. Neste viés, a proposta da pesquisa mostra-se relevante para acadêmicos, pesquisadores de áreas afins, por trazer registros históricos que confirmam a história dos impressos no Brasil.

Palavras chaves: Impressos, Instrução pública, Cartilha.

ABSTRACT

The present article has as objective to show one brief reflection from the history of printing in century XIX: challenges faced for the public instruction. Ahead of the displayed one, guideline in one it searches bibliographical, from reading books of authors who had leaned over, regarding the history of printing. Of this form, the prohibition of printed in Brazil was locked in in 1808 middle, only from century XIX, had been initiated publications of printed in Brazil, in the principle was initiated with texts, periodicals, primer, magazines and others that enabled the information. The research will contribute in the understanding of the history of the education of century XIX. This bias, the research proposal proves relevant for academics, researchers in related fields, to bring historical records that confirm the history of printing in Brazil.

Keywords: Printed, Public instruction, Primer.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa versa sobre a história dos impressos no século XIX: desafios enfrentados pela instrução pública no Brasil. Neste viés, o estudo objetiva mostrar as vertentes que subsidiaram a escassez dos impressos na referida época.

O século XIX, constitui um período marcado pela ordenação republicana na instrução pública, fundando-se um movimento de escolarização com a intenção de inicializar o processo das práticas de leitura e escrita. Objetivando encontrar um método eficaz para inicialização dessas práticas. Nesse contexto, surge a cartilha para alfabetizar e as primeiras letras vão ganhando espaço no âmbito escolar devido à raridade dos impressos.

Com a dificuldade de encontrar materiais impressos, tudo era transformado em subsídios para auxiliar os leitores e mestres escolas. Para Burke (2003, p.162) "As anotações podiam ser feitas nos próprios textos, o leitor sublinhava passagens ou escrevendo na margem um título ou palavras nota bene (rodapé), às vezes inseridas pelos impressores para tornar mais fácil a tarefa dos estudantes." Desse modo, o ato de anotar poderia ser realizado nos próprios textos, o leitor grifava as passagens ou representava em uma folha em branco com a designação de um título, para tanto, a utilização dos símbolos contextualizados pelos impressores era para auxiliar o aluno na memorização, por meio da representação das figuras, as anotações eram feitas às margens dos jornais ou cadernos, representando os registros de memórias, os estudantes incentivados por familiares faziam uso de textos de Aristóteles, ou da bíblia, fazendo esforços para associar aquilo que desejavam memorizar com as imagens vivenciadas no processo da aprendizagem.

Como objetivos específicos têm-se o de identificar a escassez dos impressos e as dificuldades da instrução pública no processo de alfabetização; Apresentar a inserção da cartilha como um recurso impresso no Brasil e compreender a censura dos impressos sobre a influência do golpe militar.

Neste viés, a abordagem utilizada será a qualitativa, por apresentar registros históricos, visto que a pesquisa vem ressaltar a história dos impressos no século XIX: desafios enfrentados pela instrução pública no Brasil. Por fim, para elaboração desse artigo foi realizada uma pesquisa bibliográfica com base em leitura de livros de autores pesquisadores sobre o tema abordado.

1 A ESCASSEZ DOS IMPRESSOS E AS DIFICULDADES DA INSTRUÇÃO PÚBLICA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

No século XIX, houve a raridade de materiais impressos no Brasil dificultando o processo de ensinar "as primeiras letras". Diante dessa realidade, os impressos existentes na referida época eram trazidos pelos educandos de suas residências, portanto, os escritos utilizados no contexto escolar eram texto manuscritos elaborados pelos próprios mestres, por exemplo, cartas, ofícios, documentos de cartórios, a constituição do império e a bíblia sagrada.

Bragança (2010, p. 420) relata que "os autores nacionais eram obrigados a mandar imprimir seus inscitos na Europa, geralmente em Portugal. Já a compra de livros se dava pela importação regular mediada por livreiros da metrópole ou pela prática do contrabando". Nota-se que essa época é marcada pela escassez

de materiais impressos e que os professores passavam por dificuldades em adquirir recursos para trabalhar, tendo que imprimir seus inscritos em outro país e a compra de outros se dava por contrabandos.

Ainda segundo Bragança (2010) as transformações econômicas, sociais e políticas ocorridas no Brasil após a chegada da família real e com o aparecimento oficial da tipografia no Brasil, D. João VI criou em 13 de maio de 1808 a Imprensa Régia que tinha como objetivo inicial a publicação de atos oficiais e em seguida passou a publicar obras de diversas áreas do conhecimento, abrindo caminho para o surgimento de novos editores no século XIX.

Neste sentido, a Imprensa Régia promoveu a proliferação dos impressos com a publicação de diversas obras, favorecendo a todos os campos do conhecimento, contribuindo de forma significativa com a produção dos impressos no Brasil.

Segundo Melo (1973, p. 101-102) "O Brasil- colônia não apresentava uma situação econômica- social capaz de propiciar o advento da imprensa, sobretudo em face do escravismo dominante". Diante do exposto, no início do século XIX, a impressão tipográfica no Brasil enfrentava dificuldades em adquirir o papel por ter um preço elevado no mercado capitalista e a inexistência de mão de obra qualificada para operar máquina tipográfica dificultava sua produção.

Conforme Rizzini (1977, p.186) "Até a proclamação da Independência havia, portanto no Brasil: a imprensa Régia e as oficinas da Bahia, do Recife, e Maranhão e do Pará, autorizadas, e mais as duas de vila rica e as seis do Rio de Janeiro". Nesta época, já havia treze tipografias espalhadas no Brasil, sendo estabelecidas posteriormente ao "Alvará do Príncipe Regente, de 28 de agosto de 1821", após o referido alvará foi anunciado à deliberação de imprensa.

De acordo com Melo (1973, p.124) "O ensino existente na colônia, até o início do século XIX, era limitadíssimo, circunscrevendo-se a uns poucos estabelecimentos de nível primário e secundário." Além disso, a predominância do analfabetismo era algo muito comum naquela época, o ato de escrever era considerado um privilégio para poucos que estiveram inseridos naquele contexto histórico. Portanto, apenas os religiosos, inquisidores e a administração pública, tinham o conhecimento de como exercer a escrita.

De acordo com Cagliari (2008, p.21) "Para ensinar ortografia, o professor mandava os alunos copiarem cartas-modelo e documentos comerciais para aprenderem, ao mesmo tempo, coisas úteis para a vida". Dessa forma, os alunos eram alfabetizados por meio da reprodução de cópias de textos, portanto, a técnica era submeter o educando a escrever para aperfeiçoar a escrita, com essa prática de ensino, emergia uma diferenciação entre o ato de ler e escrever, sendo que, a leitura era destinada para as lições religiosas, já a escrita está relacionada à inserção do indivíduo no âmbito do trabalho.

Ainda Cagliari afirma que:

Alguns documentos do final do império mostram que as escolas normais não tinham alunos e o governo era obrigado a dar vantagens extras aquelas pessoas que trabalhavam com alfabetização. Naquela época, os professores das escolas públicas eram em geral eleitos pela comunidade e tinham um mandato determinado. Muitos professores queixavam-se dos baixos salários, razão pela qual as poucas escolas públicas lutavam para conseguir quem desse aulas. (CAGLIARI, 2008, p.22)

Deve-se enfatizar, contudo, que no Brasil o processo de escolarização era muito precário, os alunos que frequentaram essas escolas pertenciam a famílias com certo status na sociedade, já os alunos que

estavam inseridos em um contexto familiar com baixo poder aquisitivo permaneciam fora do âmbito escolar e os professores das escolas públicas enfrentavam vários obstáculos desde os baixos salários até a escassez de materiais impressos.

Percebe-se, então que a dificuldade da instrução pública no processo de alfabetização esteve vinculada a escassez dos impressos, gerando um índice elevado de analfabetos, todavia, a imprensa brasileira foi originada de forma tardia, provocando várias mazelas na instrução pública. Só a partir da inserção de alguns impressos que ocorreram algumas mudanças no processo de alfabetização da população brasileira, sendo Lourenço Filho o criador da cartilha que contribuiu para um processo mais rápido de alfabetização.

2 A INSERÇÃO DA CARTILHA COMO UM RECURSO IMPRESSO NO BRASIL

Com o surgimento da cartilha, possibilitou ao professor a conduzir os seus alunos no processo da leitura. Conforme o dicionário Larousse (2007, p.133) o significado da palavra "cartilha" é livro para ensinar a ler. Dessa forma, as cartilhas foram inseridas no contexto escolar com a função de alfabetizar, portanto, as cartilhas foi o principal instrumento informativo utilizado pelos professores com a pretensão de alfabetizar.

A utilização das cartilhas para alfabetizar no Brasil teve uma função de primordial relevância, devido à escassez dos impressos destinados ao processo da alfabetização.

Com o renascimento (século XV e XVI) e, sobretudo, com o uso da imprensa na Europa, a preocupação com os leitores aumentou, uma vez que agora se faziam livros para um público maior, e a leitura de obras famosas deixou de ser coletiva para se tornar cada vez mais individual. Por isso, a preocupação com a alfabetização passou a ter uma importância muito grande. A primeira consequência disso foi o aparecimento das primeiras "cartilhas". (CAGLIARI, 2008, p. 19)

Lourenço Filho trabalhou efetivamente no campo da educação com suas pesquisas e docência em Psicologia, suas aplicações educativas eram voltadas para as publicações com o objetivo de favorecer o processo de alfabetização.

Com base em Saviani (2010) em 1928 é publicada a primeira cartilha do povo, produzida por Lourenço Filho, com objetivo de ensinar a ler e escrever rapidamente, essas novas cartilhas acompanhavam "guias de mestres", livros de literatura infantil e uma serie de atividades, envolvendo aritmética, associada ao livro Nova tabuada e noções de aritmética, publicada a 1ª edição em 1958 e a 33ª 1986.

Saviani (2010) ainda relata que Lourenço envolveu-se em publicações de textos, produções de cartilhas e livros para uso nas escolas. Contribuiu para as inovações dos métodos de ensino na década de 1930, com suas pesquisas começou a ser utilizada a primeira cartilha do povo.

Havia a utilização de cartilhas para alfabetização na primeira fase da vida das crianças. De acordo com Priore (2004, p. 100) "a utilização dessa cartilha firmava os ensinamentos que já deveriam ter sido feitos pela mãe em seu âmbito familiar, em suas primeiras fases de vida essas cartilhas volta-se às concepções religiosas". Desta forma, a educação voltava-se para os ensinamentos religiosos, pregados pela Igreja Católica, o envolvimento de orações, rezas, canções e saudações a anjos, imagens, além de procissões que os professores deveriam incentivar e estimular os seus alunos a participarem dessas ações religiosas.

Segundo Soares (2005, p.23) "A cartilha era vista no século XIX, como o único material didático essencial para o desenvolvimento dos métodos de alfabetizar; foi a partir dos anos 90". Dessa forma, no século XX, que as cartilhas, passaram a serem criticadas por causarem alienações sobre a aplicação do método

tradicional, ferindo os princípios da psicogênese da língua escrita e havendo a substituição das cartilhas por novos utensílios didáticos, designados livros de alfabetização.

O processo de ler e escrever tornou-se essencial e discutido no movimento escolanovista, "ler e escrever eram compreendidas como capacidades fundamentais ao indivíduo" (VIDAL, 2003, p. 499) sendo Lourenço Filho, em 1932, o investigador do processo de ensino da escrita e leitura, aplicando exercícios preparatórios que envolvia todo o conjunto corporal que a criança devia desenvolver para que então fosse ensinado o aprendizado de palavras, frases e letras.

Esses exercícios instigavam o controle dos movimentos da mão e antebraço da criança, dando equilíbrio para que em seguida fossem desenhadas as letras; postura correta sobre a carteira; manuseio do lápis constantemente no papel, sendo reforçados por canções e palmas, até adquirir o domínio da caligrafia.

Enquanto que a leitura no discurso escolanovista era o interesse do leitor pelo que lia, atribuindo significado e entendimento sobre a leitura, o ato de ler não significava apenas ritmo, velocidade, mas, informar, acrescentar e compreender o que se ler. Conforme afirma Vidal (2003) o processo de leitura deveria intensificar a rápida compreensão de informações e a própria experiência do leitor a tudo que lia, escrever e ler estavam interligadas sendo práticas que desenvolviam o raciocínio dos indivíduos no processo escolar.

Contudo, a contribuição de Lourenço Filho com a publicação das cartilhas, foi de primordial relevância, trazendo um grande auxílio no processo de alfabetização sendo que, a raridade de materiais impressos e a censura militar contribuiu para o atraso da aquisição do conhecimento.

3 A CENSURA DOS IMPRESSOS SOBRE A INFLUÊNCIA DO GOLPE MILITAR

O golpe militar de 31 de março de 1964 trouxe grandes repreensões aos escritores, foi imposto aos jornalistas que violassem as referidas ordens legais, que teriam as suas gráficas fechadas e incendiadas. Portanto, a censura reprimia qualquer texto que fossem publicados e que mostrassem contrários aos interesses da ditadura militar.

De acordo com Bragança (2010, p. 273) "Em maio de 1961, o então presidente Jânio Quadros concedeu aos estados o direito de exercer a censura." Diante do exposto, a polícia federal seria a responsável em fiscalizar todos os jornais, ficando sobre a censura previa filmes, peças teatrais, discos, apresentações de grupos musicais, cartazes e espetáculos públicos em geral, greves de movimentos operários, passeatas, comícios, movimentos estudantis, cassações de mandatos as suspensões de direitos políticos, o exílio de pessoas, torturas e qualquer tipo de manifestações que fossem uma ameaça ao regime militar.

Segundo Cavalcante (2004, p.148) "o estado censurava principalmente as obras que questionavam o poder". Dessa forma, era proibida a circulação de informações que eram consideradas ofensivas a boa moral, faz-se necessário destacar que os impressos deveriam ser publicados relatando os bons costumes, dando ênfase a boa conduta dos indivíduos.

Conforme Sodré (1983, p.435) "os jornais e revistas nacionais ou esquerdistas foram fechados; instaurou-se rigorosíssima censura no rádio e na televisão; numerosos jornalistas foram presos, torturados e exilados". Diante disso, o regime militar valeu-se da censura para silenciar os seus adversários políticos com isso, conseguiu evitar qualquer tipo de publicação que estivesse contra aos seus objetivos, portanto, enviou os censores nas redações para recomendar o que deveria ser publicado pelos jornais de todo o território brasileiro, estando os jornais apenas permitidos a noticiar a ideologia dos militares.

De acordo com Bragança (2010) A censura prévia foi regulamentada para cinema, televisão, teatros, espetáculos públicos, revistas, jornais impressos, música e rádios, sendo fiscalizado em abril de 1965 pelo

Departamento Federal de Segurança Pública (SCDP) para atuar com o Serviço de Censura e Diversões Públicas, seguindo o Decreto- Lei nº 1077/70, cujos artigos 1 e 2 estavam assim redigidos:

Art. 1º Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias á moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação.

Art. 2º Caberá ao Ministério da Justiça, através do Departamento de Policia Federal verificar, quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente da proibição enunciada no artigo anterior. (BRAGANÇA, 2010, p. 276)

Com a criação desse decreto o golpe militar ganhou subsídios para impedir qualquer publicação, reprimindo qualquer pensamento dos seus opositores, todavia, conseguiu impedir qualquer manifestação por meio de pensamentos críticos protestados contra a ditadura. Além disso, a ditadura conseguiu por meio desse decreto proliferar o terror, impedindo que as críticas que fossem efetuadas ao governo tivessem o devido controle, colocando os seus censores nas redações para evitar a divulgação de notícias que viessem a desmoralizar o governo, com o intuito de vetar as críticas que pudessem causar conflitos entre os poderosos da opinião pública e os políticos que tiveram os seus direitos caçados.

Bragança (2010, p. 275) afirma também que: "Aos poucos, a presença de censores nas redações foi retiradas da maioria dos jornais e o controle foi exercido mais diretamente sobre os proprietários dos veículos de comunicações". Portanto, cabe destacar que, apesar de instaurar a censura prévia, o mundo editorial a partir de dezembro de 1968, após o Ato Institucional número 5 (AI-5) foi decretado às atividades censórias, estando sobre o poder do governo federal, dispensando os censores das redações por meio de várias reuniões entre autoridades militares e proprietários de empresas vinculadas aos meios de comunicações.

Portanto, a censura dos impressos sobre a influência do golpe militar, contribuiu com a escassez dos impressos no Brasil, provocando grandiosas mazelas na educação e vida da população, impedindo o crescimento educacional e conseqüentemente causando um grande índice de analfabetismo da população brasileira na referida época.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No transcorrer desta pesquisa, foram analisadas as principais vertentes que impregnaram a falta de impressos no contexto escolar, impossibilitando o educando e o educador de ter acesso à informação impressa na respectiva época.

A breve reflexão relatada neste artigo procurou compreender a história dos impressos no século XIX: retrospectivos desafios enfrentados pela instrução pública no Brasil e as etapas que perpassaram a história da educação no século XIX, diagnosticando a importância dos impressos.

Desta forma, com a queda do analfabetismo houve uma valorização do mercado de impressos sendo que o período foi muito marcante na liberação da publicação dos impressos. Entretanto, a falta dos impressos causou um retardo na proliferação do conhecimento científico, ou seja, a instrução pública enfrentou um cenário muito precário, com um grande número de analfabetos.

Neste viés, a história dos impressos no século XIX, perpassou as fases mais repreensivas da época vigente, afetando de diversas maneiras a instrução pública brasileira. Percebe-se, que o tema aqui

estudado não se esgota na busca por um aprofundamento da história dos impressos no Brasil.

Assim, a presente pesquisa é de relevância para pedagogos, acadêmicos e áreas afins, evidenciando a história dos impressos e as mazelas enfrentadas pela instrução pública ao longo da historiografia.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAGANÇA, Aníbal. ABREU, Márcia. (Orgs.) Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: Unesp, 2010.

BURKE, Peter. Uma história social do conhecimento. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CAVALCANTE, Nireu. O Rio de Janeiro setecentista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CAGLIARI, Luis C. Alfabetização sem o ba-bé-bi-bó-bu. São Paulo: Scipione, 2008.

DEL PRIORE, Mary (Org). História das crianças no Brasil. 4 ed .São Paulo: Contexto, 2004.

MELO, José Marques de. Sociologia da imprensa Brasileira: a implantação. Petrópolis: Vozes, 1973.

RIZZINI, Carlos. O jornalismo antes da tipografia. São Paulo: Companhia editora nacional, 1977.

RODRIGUES, Diego (coord.). Dicionário Larousse escolar da língua portuguesa. São Paulo: Larousse, 2004.

SAVIANI, Dermeval. História das idéias pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2010.

SODRÉ, Néelson. História da imprensa no Brasil. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SOARES, Magda. Alfabetização e letramento. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2005.

VIDAL, Diana Gonçalves. Escola Nova e processo educativo: 500 Anos de educação no Brasil. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

[1] Graduada em pedagogia e Especialista em didática e metodologia do ensino superior pela Faculdade São Luis de França. E-mail: michelleflavia21@hotmail.com

² Graduada em pedagogia e Especialista em didática e metodologia do ensino superior pela Faculdade São Luis de França. E-mail: : Joelma 1979@bol.com.br